CENTRAD HOLDING S.A.

CNPJ/MF Nº 18.569.416/0001-90

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2016

Senhores acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas. As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, acompanhadas das notas explicativas. Permanecemos à disposição de V.Sas. Para quaisquer esclarecimentos necessários. Distrito Federal, 30 de junho de 2017.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro (em milhares de reais)

ATIVO	Controladora 2016	Controladora 2015 (Não auditado)	Consolidado 2016	Consolidado 2015 (Não auditado)
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	1	1	76	122
Ativo financeiro da concessão (Nota 7)				35.699
Estoques (Nota 8)			13.300	14.855
Tributos a recuperar			1.337	1.770
Outros ativos			218	154
	1	1	14.931	52.600
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Aplicação financeira (Nota 9)			67	8.630
Ativo financeiro da concessão (Nota 7)			1.636.597	1.282.626
Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 13)		12.600		
		12.600	1.636.664	1.291.256
Investimento (Nota 10)	437.312	313.596		
Imobilizado			40	58
	437.312	326.196	1.636.704	1.291.314
Total do ativo	437.313	326.197	1.651.635	1.343.914

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Controladora 2016	Controladora 2015 (Não auditado)	Consolidado 2016	Consolidado 2015 (Não auditado)
Circulante				
Financiamentos (Nota 11 (a))			27.786	30.407
Debêntures (Nota 11 (b))			30.748	13.360
Fornecedores e outras contas a pagar			339	50
Impostos, taxas e contribuições			1.007	995
Obrigações sociais e trabalhistas			516	636
			60.396	45.448
Não circulante				
Financiamentos (Nota 11 (a))			810.833	692.458
Debêntures (Nota 11 (b))			106.425	114.142
Tributos sobre contraprestação (Nota 12 (a))			91.702	73.719
Tributos diferidos (Nota 12 (b))			144.966	91.950
Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 13)	7.200	12.600	7.200	12.600
	7.200	12.600	1.161.126	984.869
Patrimônio líquido (Nota 14)				
Capital social	138.710	126.110	138.710	126.110
Reservas de lucros	291.403	187.487	291.403	187.487
	430.113	313.597	430.113	313.597
Total do passivo e patrimônio líquido	437.313	326.197	1.651.635	1.343.914

Demonstração do resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora 2016	Controladora 2015 (Não auditado)	Consolidado 2016	Consolidado 2015 (Não auditado)
Operações continuadas				
Receitas líquidas (Nota 15)			300.289	279.367
Custos de construção (Nota 16)			(87.237)	(110.580)
Lucro bruto			213.052	168.787
Despesas gerais e administrativas (Nota 17)	(8)		(7.600)	(6.073)
Resultado de participação societária (Nota 10)	103.924	78.216		
Lucro operacional	103.916	78.216	205.452	162.714
Resultado financeiro, líquido (Nota 18)		1	(48.036)	(44.206)
Lucro antes do IR e CS	103.916	78.217	157.416	118.508
IR e CS correntes e diferidos (Nota 12)			(53.500)	(40.291)
Lucro líquido do exercício	103.916	78.217	103.916	78.217
Lucro básico por ação das operações continuadas atribuível aos acionistas da Companhia (expresso em R$ por ação) (Nota 19)	0,77	0,63		

Demonstração dos fluxos de caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro
(em milhares de reais)

	Controladora 2016	Controladora 2015 (Não auditado)	Consolidado 2016	Consolidado 2015 (Não auditado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	103.916	78.217	157.416	118.508
Ajustes:				
Depreciação			18	17
Provisão de juros e amortização dos custos de transação financeira (Nota 11)			134.051	143.080
Atualização do ativo financeiro (Nota 15)			(225.119)	(178.018)
Margem de construção			(652)	(827)
Tributos sobre a atualização do ativo financeiro			12.718	10.058
Resultado de equivalência patrimonial	(103.924)	(78.216)		
Caixa proveniente das (aplicado nas) operações:	(8)	1	78.432	92.818
Variação dos ativos e passivos:				
Ativo financeiro da concessão			(87.237)	(110.188)
Estoques			1.555	3.868
Outros ativos			369	(317)
Fornecedores e outras contas a pagar			289	(627)
Obrigações sociais e trabalhistas			(120)	10
Impostos, taxas e contribuições			(471)	(367)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) operações	(8)	1	(7.183)	(14.803)
Juros pagos (Nota 10 (v))			(8.626)	(20.292)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividade operacionais	(8)	1	(15.809)	(35.095)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 13)		(12.600)		
Aplicação financeira			8.563	12.096
Adições ao investimento em participação societária	(7.192)			
Adições ao imobilizado				(19)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos	(7.192)	(12.600)	8.563	12.077
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 13)	7.200	12.600	7.200	12.600
Aumento de capital social (Nota 14 (a))				8.050
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	7.200	12.600	7.200	20.650
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido		1	(46)	(2.368)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1		122	2.490
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1	1	76	122

As notas explicativas da Administração
são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva especial	Reserva de realização de investimento	Reservas de lucros: Reserva de lucros a realizar	Reservas de lucros: Lucros acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2015 (Não auditado)	118.060	5.463	25.952	77.855			227.330
Lucro do exercício						78.217	78.217
Transações com acionistas:							
Aumento de capital social (Nota 14 (a))	8.050						8.050
Destinação de resultado (Nota 14 (b))		3.911	18.577		55.729	(78.217)	
Em 31 de dezembro de 2015 (Não auditado)	126.110	9.374	44.529	77.855	55.729		313.597
Lucro do exercício						103.916	103.916
Transações com acionistas:							
Aumento de capital social (Nota 14 (a))	12.600						12.600
Destinação de resultado (Nota 14 (b))		5.196			98.720	(103.916)	
Em 31 de dezembro de 2016	138.710	14.570	44.529	77.855	154.449		430.113

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações gerais: A CENTRAD Holding S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no Distrito Federal, constituída em 4 de junho de 2013, tendo como objeto social a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia, quotista ou acionista, primordialmente na Concessionária do Centro Administrativo do Distrito Federal S.A. ("CENTRAD") na forma do Edital de Concorrência de Parceria Público-Privada ("PPP") nº 01/2008 e do respectivo Contrato de Concessão. A Companhia detém 100% das ações da controlada direta CENTRAD, que tem sua sede em Brasília, Distrito Federal e detém o contrato de concessão com o Governo do Distrito Federal ("GDF"), cujo objeto é a construção, operação e manutenção do Centro Administrativo a ser utilizado pelos órgãos e entidades da administração direta e indireta, integrantes da estrutura administrativa do GDF. Em 8 de abril de 2009, foi firmado contrato de concessão entre a então Secretaria de Estado de Obras do Distrito Federal, hoje Secretaria do Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos e a CENTRAD, mediante licitação pública regida pelo Edital de concorrência nº 01/2008, cujo objeto é a construção, operação e manutenção do Centro Administrativo a ser utilizado pelos órgãos e entidades da administração direta e indireta, integrantes da estrutura administrativa do GDF. O prazo de vigência do contrato de concessão da CENTRAD é de 22 anos contados a partir do início das obras, e o prazo de exploração da operação e manutenção é de 21 anos, considerando o início da operação. Até 31 de dezembro de 2016, foi efetuada a entrega parcial de 31,41% (não revisado) referente à FASE I do empreendimento. O Centro Administrativo do Distrito Federal ("CADF") encontra-se com cerca de 97% (noventa e sete por cento) de avanço físico das obras concluídas, sendo que os 3% (três por cento) restantes aguardam a aprovação e assinatura de aditivo ao Contrato de Concessão em razão do pedido unilateral de alteração de escopo promovido pelo Poder Concedente. Adicionalmente, o Poder Concedente está avaliando as medidas necessárias que possibilitarão o início da ocupação do Centro Administrativo. Em 25 de maio de 2017, a CENTRAD ingressou com requerimento de instauração de arbitragem perante o Centro de Arbitragem e Medição da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC) com a finalidade principal de buscar uma solução amigável com o GDF e a Terracap (Companhia Imobiliária de Brasília), com vistas à plena continuidade da execução contratual (Nota 22). A Companhia é controlada em conjunto pela Via Engenharia S.A. ("VIA") e OP Centro Administrativo S.A. ("OP Centrad"), sendo a OP Centrad controlada indireta da Odebrecht S.A. ("ODB"). **(a) Perspectivas econômicas e financeiras:** Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e sua controlada apresentavam excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R$ 45.465 (Em 31 de dezembro de 2015, o capital circulante líquido estava positivo em R$ 7.152). Para equalizar os efeitos do capital circulante líquido negativo e visando a continuidade operacional, a Administração está em negociação com: (i) as instituições financeiras para a postergação de pagamentos de suas obrigações de curto prazo relacionadas aos financiamentos; e (ii) o Poder Concedente com o objetivo de possibilitar o início da ocupação do Centro Administrativo e consequentemente iniciar o recebimento das contraprestações mensais no curto prazo. **(b) Operação Lava Jato:** Desde 2014, encontram-se em andamento investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal ("MPF") e outras autoridades públicas, no contexto da chamada Operação Lava Jato. As referidas investigações envolvem empresas, ex-executivos e executivos do Grupo Odebrecht. Em 1º de dezembro de 2016, a Odebrecht S. A., controladora indireta da Companhia, firmou Acordo de Leniência com o Ministério Público Federal, já homologado, responsabilizando-se pelos atos ilícitos praticados no âmbito da referida operação, pelas empresas integrantes do Grupo Odebrecht. A Administração avalia que não haverá impacto decorrente de indenizações e multas no âmbito desta Companhia e sua controlada. As presentes demonstrações financeiras, individuais e consolidadas foram autorizadas pela Diretoria da Companhia em 30 de junho de 2017. **2 Resumo das principais políticas contábeis**: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia e sua controlada no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. Não houve outros elementos componentes de resultados abrangentes além do lucro líquido nos exercícios apresentados, razão pela qual não foi apresentada a demonstração do resultado abrangente. **2.2 Consolidação:** As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. **(a) Controlada e consolidada:** Controlada é toda a entidade na qual a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a controlada e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. A controlada é totalmente consolidada a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre as empresas consolidadas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis da controlada são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia. As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as informações da Companhia e sua controlada, na qual é mantida a seguinte participação acionária direta em 31 de dezembro:

Controlada direta	País	Participação no capital social (%) 2016	2015
CENTRAD	Brasil	100	100

(b) Demonstrações financeiras individuais: Nas demonstrações financeiras individuais, a controlada é contabilizada pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas, para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. **2.3 Caixa e equivalente de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor. **2.4 Ativos financeiros. 2.4.1 Classificação:** A Companhia e sua controlada classificam seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as categorias de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. **2.4.2 Reconhecimento e mensuração:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São contabilizados inicialmente pelo valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e recebíveis da Companhia e sua controlada compreendem "Caixa e equivalentes de caixa", "Ativo financeiro da concessão" e "Aplicação financeira" (Notas 6, 7 e 9, respectivamente). **2.4.3 *Impairment* de ativos financeiros:** A Companhia e sua controlada avaliam, na data do balanço, se há evidências objetivas de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*). O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. **2.5 Ativo financeiro da concessão:** O ativo financeiro da concessão é representado pelo direito a faturar do contrato de PPP com o GDF, por intermédio da Secretaria do Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos (Nota 1), reconhecido pelo fato da CENTRAD possuir um direito incondicional de receber caixa do Poder Concedente pelos serviços de construção, operação e manutenção do Centro Administrativo pelo período de 21 anos, contados a partir da entrega primeira fase da infraestrutura. O saldo do ativo financeiro da concessão é, inicialmente, registrado pelo seu valor justo e, subsequentemente, pelo método do custo amortizado. **2.6 Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo e o método de avaliação é o da média móvel ponderada. Os saldos contemplam os materiais destinados à construção e manutenção. **2.7 Aplicação financeira:** A aplicação financeira é registrada inicialmente a valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado. Inclui contas garantidas para cobertura do financiamento contratado. Esta conta reserva não possui liquidez imediata e pode ser movimentada apenas mediante autorização do banco financiador. **2.8 Financiamentos e debêntures:** São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos e debêntures estiverem em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os custos de financiamentos e debêntures que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de financiamentos e debêntures são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **2.9 Fornecedores e outras contas a pagar:** Fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos Negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática o valor justo não difere do valor faturado pelos fornecedores em função do prazo médio de pagamento. **2.10 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos no passivo quando houver montantes a pagar ou no ativo quando os montantes pagos antecipadamente excedem o total devido na data de divulgação das demonstrações financeiras. Impostos diferidos ativos, quando aplicável, são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Impostos diferidos passivos são integralmente reconhecidos. Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia e sua controlada apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas (Nota 12 (c)). **2.11 Tributos sobre contraprestação:** Os tributos sobre a contraprestação contemplam o Programa de Integração Social ("PIS"), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") e o Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza ("ISS") às respectivas alíquotas 0,65%, 3% e 2%. São calculados com base na receita de construção e atualização do ativo financeiro, sendo que o reconhecimento ocorre mensalmente na demonstração do resultado. **2.12 Benefícios a empregados. Obrigações de aposentadoria:** A CENTRAD mantém convênio de adesão de um plano de contribuição definida junto a Odeprev Odebrecht Previdência ("ODEPREV"), entidade fechada de previdência privada, instituída pela ODB, constituindo-se em uma de suas patrocinadoras conveniadas. A ODEPREV proporciona aos seus participantes um plano de contribuição definida, onde é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria, no qual são acumuladas e administradas as contribuições mensais e as esporádicas dos participantes e as contribuições mensais e anuais das patrocinadoras. No que se refere ao pagamento dos benefícios estabelecidos para o referido plano, as obrigações da ODEPREV estão limitadas ao valor total das quotas dos participantes e, em cumprimento ao regulamento do plano de contribuição definida, não poderá exigir nenhuma obrigação nem responsabilidade por parte das companhias patrocinadoras para garantir níveis mínimos de benefício aos participantes que venham a se aposentar. **2.13 Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da sua controlada. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. A CENTRAD reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade quando critérios específicos tiverem sido atendidos para suas atividades. A CENTRAD baseia suas estimativas levando em consideração as especificações da prestação de serviço. **(a) Receita de contratos de construção:** A receita de construção foi estimada considerando os gastos incorridos na formação da infraestrutura e a respectiva margem de construção, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento da controlada na formação do seu ativo financeiro, presente no contrato de concessão pública, uma vez que a CENTRAD adota como prática a terceirização dos serviços de construção, com riscos de construção assegurados nos contratos de prestação de serviços e por seguros específicos de construção. A receita de construção é determinada e reconhecida de acordo com o método de custo acrescido da margem, mediante incorporação da margem de construção de 0,7% somados a alíquota de 5,65% dos impostos incidentes sobre a receita e aplicados aos respectivos custos incorridos no mês de competência. As receitas de construção são reconhecidas pelo valor justo a receber em virtude dos serviços prestados, por referência ao estágio de conclusão da construção. A contrapartida da receita de construção é o ativo financeiro da concessão. **(b) Atualização do ativo financeiro da concessão:** A receita de atualização do ativo financeiro da concessão representa a atualização do valor a receber pela concessão durante o período do contrato. A atualização do ativo financeiro da concessão é reconhecida pelo custo amortizado com base no tempo e na taxa de juros efetiva de 1,3 % ao mês sobre o montante do principal. A receita operacional líquida inclui a atualização do ativo financeiro da concessão durante o período do contrato, uma vez que a geração desta receita faz parte dos principais objetivos de negócio da CENTRAD. **(c) Receita financeira***:* A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. A CENTRAD somente apresenta receita de caráter financeiro, referente, basicamente, a rendimentos de aplicações financeiras (Nota 18). **2.14 Lucro por ação:** A Companhia efetua os cálculos do lucro por lote de ações utilizando o número médio ponderado de ações totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme Pronunciamento Técnico CPC 41 (Nota 19). **2.15 Provisão para contingências:** As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando: a Companhia e sua controlada tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. A CENTRAD é parte envolvida em processos cíveis, em andamento e a avaliação de risco está amparada por seus assessores legais externos. **2.16 Normas novas que ainda não estão em vigor:** As seguintes novas normas foram emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") mas não estão em vigor para o período de 2016: NBC TG 47 – Receita de Contratos com Clientes (IFRS 15 – Receita de Contratos com Clientes) – Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 – "Contratos de Construção", IAS 18 – "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção; e NBC TG 48 – Instrumentos Financeiros (IFRS 9 – Instrumentos Financeiros) – aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1o de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção. Não há outras normas ou interpretações que ainda não entraram em vigor e que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas:** Com base em premissas, a Companhia e sua controlada fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. **(a) Reconhecimento de receita:** Na apuração do valor justo da receita de contratos de construção, a CENTRAD utilizou o custo total incorrido, acrescido da margem de construção estimada pela administração em 0,7%. **(b) O imposto de renda e contribuição social diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. **4 Gestão de risco financeiro. 4.1 Fatores de risco financeiro:** A Companhia e sua controlada participam em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, ativo financeiro da concessão, contas a pagar a fornecedores, financiamentos e debêntures, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações. **(a) Risco de liquidez:** É o risco da Companhia e sua controlada não disporem de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio. **(b) Risco com taxas de juros:** O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia e sua controlada incorrerem em perdas decorrentes de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras dos financiamentos e debêntures. **(c) Risco de crédito:** O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações, internas ou externas, de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a Administração não espera perdas decorrentes de inadimplência das contrapartes. **4.2 Gestão de capital – consolidado:** Os objetivos da Companhia e sua controlada ao administrarem seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A Companhia e sua controlada monitoram o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos e debêntures subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. O índice de alavancagem financeira consolidado em 31 de dezembro, pode ser assim sumariado:

	2016	2015 (Não auditado)
Total de financiamentos e debêntures (Nota 11)	975.792	850.367
Menos:		
Caixa e equivalente de caixa (Nota 6)	(76)	(122)
Aplicação financeira (Nota 9)	(67)	(8.630)
Dívida líquida	975.649	841.615
Total do patrimônio líquido	430.113	313.597
Total do capital	1.405.762	1.155.212
Índice de alavancagem financeira – %	69	73

5 Instrumentos financeiros por categoria – consolidado

	2016	2015 (Não auditado)
Empréstimos e recebíveis		
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	76	122
Aplicação financeira (Nota 9)	67	8.630
Ativo financeiro da concessão (Nota 7)	1.636.597	1.318.325
	1.636.740	1.327.077
Outros passivos financeiros	**2016**	**2015**
Passivos, conforme o balanço patrimonial		
Financiamentos (Nota 11 (a))	838.619	722.865
Debêntures (Nota 11 (b))	137.173	127.502
Fornecedores e outras contas a pagar	339	50
	976.131	850.417

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora 2016	Controladora 2015 (Não auditado)	Consolidado 2016	Consolidado 2015 (Não auditado)
Caixa			2	5
Bancos conta movimento	1	1	74	117
	1	1	76	122

7 Ativo financeiro da concessão – consolidado: Refere-se ao direito de faturar do Contrato de PPP com o GDF (Nota 1).

(a) Composição

	2016	2015 (Não auditado)
Setor público		
Direitos a faturar (i)	1.597.572	1.279.300
Faturas emitidas ao Poder Concedente – Serviços de construção (ii)	39.025	39.025
	1.636.597	1.318.325
Ativo circulante		(35.699)
Ativo não circulante	1.636.597	1.282.626

(i) Compreende a receita de infraestrutura da CENTRAD, calculada com base no custo total incorrido, acrescido de margem de construção. (ii) Saldo vencido do contas a receber, referente às notas fiscais emitidas contra o Poder Concedente pela CENTRAD, em virtude da evolução física da construção e entrega parcial do Centro Administrativo do Distrito Federal. A CENTRAD entende não ser necessária a constituição de provisão para perdas, uma vez que o prazo de pagamento das notas fiscais encontram-se em negociação com o Poder Concedente, com expectativa de recebimento a partir do início da operação.

8 Estoques – consolidado

	2016	2015 (Não auditado)
Materiais para instalações elétricas	736	736
Materiais para fachada e piso	5.602	5.602
Adiantamento para estoque	6.962	8.517
	13.300	14.855

9 Aplicação financeira – consolidado: Em 31 de dezembro de 2016, a CENTRAD possui aplicação financeira no montante de R$ 67 (2015 - R$ 8.630), mantida como garantia de pagamento das debêntures, conforme previsto na escritura de emissão, sendo remuneradas à taxa de 90% do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") (2015 – entre 100% e 100,08% do CDI). Em 31 de março de 2016, o saldo das aplicações financeiras no montante de R$ 8.563 foi utilizado para liquidação de debêntures.

10 Investimento. (a) Investimento em controlada

	Quantidade de ações 2016	Quantidade de ações 2015 (Não auditado)	Participação direta (%) 2016	Participação direta (%) 2015 (Não auditado)	Patrimônio líquido 2016	Patrimônio líquido 2015 (Não auditado)	Lucro do exercício 2016	Lucro do exercício 2015 (Não auditado)
CENTRAD	154.792.000	135.000.000	100	100	437.312	313.596	103.924	78.216

(b) Movimentação do investimento

	Saldo no início do exercício	Adições	Equivalência patrimonial	Saldo no final do exercício
CENTRAD	313.596	19.792	103.924	437.312
31/12/2016	313.596	19.792	103.924	437.312
31/12/2015 (Não auditado)	227.330	8.050	78.216	313.596

(c) Informações sobre investimento: Em 27 de abril e 29 de dezembro de 2016, foram aprovados em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social da CENTRAD em R$ 14.505 e R$ 5.287, com a emissão de 14.505.000 e 5.287.000 ações ordinárias sem valor nominal, respectivamente, pela Companhia, mediante capitalização de Adiantamento para futuro aumento de capital. **11 Financiamentos e debêntures – consolidado. (a) Financiamentos**

	31/12/2016	31/12/2015 (Não auditado)
Caixa Econômica Federal	838.619	722.865
Passivo circulante	(27.786)	(30.407)
Passivo não circulante	810.833	692.458

Em 28 de junho de 2013, a CENTRAD firmou contrato de financiamento no montante total de R$ 604.084 com a finalidade de construção do CADF. O financiamento tem vencimento em 204 meses, com período de carência para amortização do principal de 30 meses. Até 31 de dezembro de 2016, a instituição financeira havia liberado o montante de R$ 598.043, sendo R$ 303.000 em 2013 e R$ 295.043 em 2014. Até a presente data, foi liquidado o montante de R$ 58.748, sendo R$ 15.356 em 2015 e R$ 43.212 até 2014, referente a liquidação parcial dos juros.

(b) Debêntures	Modalidade	2016	2015 (Não auditado)
1ª Série	Debêntures	68.218	63.430
2ª Série	Debêntures	68.955	64.072
		137.173	127.502
Passivo circulante		(30.748)	(13.360)
Passivo não circulante		(106.425)	(114.142)

A CENTRAD realizou, em 29 de abril de 2013, uma emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R$ 1.000 na data de emissão, sendo 500 da primeira série, 500 da segunda série e 705 da terceira série. A captação financeira das duas primeiras séries ocorreu em 19 de julho de 2013, no montante de R$ 100.000, e terão vencimento final em 15 de março de 2018. A terceira série, com início em 17 de março de 2018, terá vencimento final em 15 de março de 2023. Foram liquidados, até a presente data, juros no montante de R$ 23.026, sendo R$ 8.626 em 2016 e R$ 14.400 até 2015. Os recursos obtidos pela CENTRAD por meio da emissão das debêntures foram destinados para recomposição/reforço de caixa utilizado na construção do Centro Administrativo. **(c) Prazo de vencimento:** O montante não circulante em 31 de dezembro tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	2016	2015 (Não auditado)
2017		46.339
2018	50.308	43.412
2019	66.593	58.278
2020	71.553	62.358
2021	76.363	66.271
2022	68.247	57.925
2023	75.418	64.016
2024	64.699	53.145
2025 até 2030	444.077	354.856
	917.258	806.600

(d) Garantias: Os financiamentos mantidos pela CENTRAD estão garantidos pela Cessão Fiduciária dos seus direitos e créditos e o penhor da totalidade das ações representativas do capital social de titularidade da Acionista. **(e) Movimentação**

Saldo em 1º de janeiro de 2015 (Não auditado)	727.579
Juros provisionados (Notas 16 e 18)	140.730
Juros pagos	(20.292)
Amortização do custo de transação (Notas 16 e 18)	2.350
Saldo em 31 de dezembro de 2015 (Não auditado)	850.367
Juros provisionados (Notas 16 e 18)	131.919
Juros pagos	(8.626)
Amortização do custo de transação (Notas 16 e 18)	2.132
Saldo em 31 e dezembro de 2016	975.792

12 Tributos sobre a contraprestação e tributos diferidos – consolidado. (a) Tributos sobre a contraprestação

	2016	2015 (Não auditado)
ISS	31.952	25.586
PIS	10.640	8.571
COFINS	49.110	39.562
	91.702	73.719

(b) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

	2016	2015 (Não auditado)
Prejuízo fiscal e base negativa	(2.069)	2.287
Adição do custo de construção (i)	(381.304)	331.852
Receita de construção e atualização do ativo financeiro (i)	528.339	(426.089)
	144.966	(91.950)
Ativo fiscal diferido – não circulante	383.373	334.139
Passivo fiscal diferido – não circulante	(528.339)	(426.089)
	(144.966)	(91.950)

(i) Os saldos serão realizados na medida dos recebimentos das contraprestações do Poder Concedente, que ocorrerão ao longo do contrato de concessão. **(c) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social – CENTRAD**

	2016	2015 (Não auditado)
Lucro antes do imposto	157.424	118.507
Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CS) – 34%	(53.524)	(40.292)
Exclusões (adições) permanentes, líquidas	24	24
Ajuste de Imposto de Renda e Contribuição Social de exercício anterior		(23)
Encargo fiscal	(53.500)	(40.291)
Imposto de renda (IR) e contribuição social (CS) – diferido	(53.017)	(39.733)
Imposto de renda (IR) e contribuição social (CS) – corrente	(483)	(535)
Ajuste de exercícios anteriores		(23)
	(53.500)	(40.291)

13 Adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC"): Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia recebeu o montante de R$ 7.200 (2015 – R$ 12.600) referente à AFAC realizado pelas acionistas VIA e OP CENTRAD. O AFAC é registrado ao custo, sem acréscimo de encargos financeiros. Durante o exercício de 2016, a Companhia enviou o montante de R$ 7.192, referente a AFAC para CENTRAD, a Companhia converteu o montante de R$ 19.792 de AFAC em aumento de capital da CENTRAD em 27 de abril de 2019 e 29 de dezembro de 2016 (Nota 10 (c)). **14 Patrimônio líquido. (a) Capital social:** Em 19 de março de 2015, foi aprovado o aumento de capital da Companhia em R$ 1.800, com a emissão de 1.800.000 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo R$ 900 pela acionista OP CENTRAD e R$ 900 pela acionista VIA, totalmente subscritas e integralizadas. Em 16 de abril de 2015, foi aprovado o aumento de capital da Companhia em R$ 6.250, passando dos R$ 119.860 para R$126.110, com a emissão de 6.250.164 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo R$ 3.125 pela OP CENTRAD e R$ 3.125 pela VIA, totalmente subscritas e integralizadas. Em 27 de abril de 2016, foi aprovado o aumento de capital da Companhia em R$ 12.600, passando dos R$ 126.110 para R$ 138.710, com a emissão de 12.600.000 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo R$ 6.300 pela OP CENTRAD e R$ 6.300 pela VIA, totalmente subscritas e integralizadas mediante capitalização de AFAC. O capital social e a composição acionária da Companhia está representada conforme a seguir:

Acionistas	2016 Capital	2016 Ações Nominativas	2016 Patricipação (%)	2015 (Não auditado) Capital	2015 (Não auditado) Ações Nominativas	2015 (Não auditado) Patricipação (%)
OP Centrad	69.355	69.355.069	50	63.055	63.055.069	50
VIA	69.355	69.355.069	50	63.055	63.055.069	50
	138.710	138.710.138	100	126.110	126.110.138	100

(b) Reservas de lucro. (i) Reserva legal: A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social ou até que o saldo dessa reserva, acrescido do montante de reserva de capital, exceda 30% do capital social. A Companhia destinou, em 2016, o valor de R$ 5.196 (2015 - R$ 3.911) para reserva legal. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui o montante de R$ 14.570 (2015 – R$ 9.374) a título de reserva legal. **(ii) Reserva especial:** De acordo com o Estatuto Social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido, ajustado em consonância com a legislação em vigor. Entretanto, e na prerrogativa do artigo 176 parágrafo 3, conforme orçamento da Companhia. Em 31 de dezembro de 2015, a Administração propôs a retenção dos dividendos mínimos obrigatórios como reserva especial. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui o montante de R$ 44.529 a título de reserva especial. **(iii) Reserva de realização de investimentos:** A reserva de investimento, constituída sobre os resultados de 2014, refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento do negócio e foi aprovado na Assembleia Geral dos acionistas em 16 de abril de 2015. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia possui o montante de R$ 77.855. **(iv) Reserva de lucros a realizar:** Essa reserva é constituída com base em lucros não realizados, de acordo com o artigo 197 da Lei das sociedades por ações, cuja realização futura se dará nos termos da legislação pertinente. O valor destinado à reserva de lucros a realizar no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi de R$ 98.720 (2015 – R$ 55.729). Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui o montante de R$ 154.449 (2015 – R$ 55.729).

15 Receitas líquidas – consolidado

	2016	2015 (Não auditado)
Receita de construção	93.152	118.078
Atualização do ativo financeiro	225.119	178.018
Impostos e contribuições sobre serviço	(17.982)	(16.729)
	300.289	279.367

16 Custos de construção – consolidado

	2016	2015 (Não auditado)
Custo com prestação de serviços de construção	(1.554)	(7.603)
Material aplicado na obra		(4.838)
Juros sobre financiamentos e debêntures (Nota 11)	(84.221)	(96.527)
Amortização do custo de transação (Nota 11)	(1.462)	(1.612)
	(87.237)	(110.580)

17 Despesas gerais e administrativas – consolidado

	2016	2015 (Não auditado)
Gastos com pessoal	(3.002)	(3.543)
Auditoria, consultoria e assessorias	(2.995)	(1.498)
Despesas administrativas	(842)	(658)
Outros	(761)	(374)
	(7.600)	(6.073)

18 Resultado financeiro, líquido – consolidado

	2016	2015 (Não auditado)
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira	447	927
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos e debêntures (Nota 11)	(47.698)	(44.203)
Amortização do custo de transação (Nota 11)	(670)	(738)
Outros	(115)	(192)
	(48.483)	(45.133)
	(48.036)	(44.206)

19 Lucro básico por ação: O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício:

	2016	2015
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas da Companhia titulares de ações ordinárias	103.916	78.217
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	134.671	123.910
Lucro básico por ação	0,77	0,63

20 Provisão para contingências – consolidado: Em 31 de dezembro de 2016, a CENTRAD possui uma ação no montante de R$ 204.000 (2015 - R$ 204.000), de natureza cível, envolvendo risco de perda classificada como possível por seus assessores jurídicos. A ação judicial foi movida contra a CENTRAD pelo Ministério Público do Distrito Federal com o objetivo de impedir o pagamento pelo GDF de contraprestações devidas à CENTRAD.

21 Seguros – consolidado (Não auditado)

Bens segurados	Riscos cobertos	Cobertura
(*) Garantia da concessão, tendo como objeto, a outorga da parceria publico privada (PPP).	Risco de descumprimento das cláusulas contratuais do contrato de concessão, relacionados a não entrega da infraestrutura do Centro Administrativo.	17.375
(*) Garantia da Concessão, tendo como objeto, a outorga da parceria publico privada (PPP).	Risco de descumprimento das cláusulas contratuais do contrato de concessão, relacionados aos compromissos de operação e manutenção do Centro Administrativo.	60.275
Riscos Operacionais	Riscos operacionais e danos materiais na infraestrutura incluindo alagamentos, danos elétricos, desmoronamento, reparos e reformas, entre outros	425.700
Responsabilidade Civil Geral	Danos corporais e/ou materiais causados a terceiros, assim como danos morais.	50.000 por evento

(*) Modalidade em revisão junto ao poder concedente para nova contratação.

22 Eventos subsequentes: (i) A CENTRAD tem cumprido com todas suas obrigações estabelecidas no Contrato de Concessão Administrativa assinado com o GDF. Entretanto, em razão do desequilíbrio contratual gerado por modificações unilaterais de escopo impostas pelo Poder Concedente, bem como da contínua manutenção da situação de inadimplência em diversas frentes em que se encontra o Poder Concedente no âmbito do Contrato de Concessão, a CENTRAD ingressou, em 25 de maio de 2017, com requerimento de instauração de arbitragem perante o Centro de Arbitragem e Medição da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC). A arbitragem, forma de solução de controversas prevista no Contrato de Concessão, tem como finalidade principal a busca da solução amigável com o GDF e a Terracap (Companhia Imobiliária de Brasília), de forma que sejam resolvidas as questões pendentes acima expostas, inclusive com o aditamento e reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão a favor da CENTRAD e com vistas à plena continuidade da execução contratual. O Procedimento Arbitral foi autuado sob o nº 55/2017/SEC3, tendo a Terracap sido notificada do Requerimento de instauração em 06/06/2017 e o GDF em 13/06/2017, aguardando-se, neste momento a comunicação da Câmara Arbitral sobre a manifestação dos Requeridos quanto ao pleito de instauração da arbitragem. **(ii)** Durante os meses de janeiro a maio de 2017, a Companhia enviou o montante de R$ 2.681 a título de AFAC para a CENTRAD.

DIRETORIA

Roberto de Mendonça Braga – Diretor Geral

Marco Antonio Lopes – Diretor Administrativo Financeiro

Mario Destro Filho – Contador– CRC-SP 122.117-T-DF

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da **CENTRAD Holding S.A.** Distrito Federal

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas: Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **CENTRAD Holding S.A.** ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da **CENTRAD Holding S.A.** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional:** Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, as demonstrações contábeis consolidadas apresentam excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes em 31 de dezembro de 2016 no montante de R$ 45.465 mil, além disso, conforme descrito na Nota Explicativa nº 22, em razão do desequilíbrio contratual gerado por modificações unilaterais de escopo impostas pelo Poder Concedente, bem como da contínua manutenção da situação de inadimplência nas diversas frentes em que se encontra o Poder Concedente no âmbito do Contrato de Concessão, a controlada Concessionária do Centro Administrativo do Distrito Federal S. A. ("CENTRAD") ingressou, em 25 de maio de 2017, com requerimento de instauração de arbitragem perante o Centro de Arbitragem e Medição da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC). Até a presente data, não existe qualquer definição sobre o tema, consequentemente, à continuidade das operações. Atualmente, a Companhia não possui participação em outros investimentos além da CENTRAD. Esses eventos ou condições, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida relevante quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto. **Ênfases. Operação Lava Jato:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, desde 2014, encontram-se em andamento investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal ("MPF") e outras autoridades públicas, no contexto da chamada Operação Lava Jato. As referidas investigações envolvem empresas, ex-executivos e executivos do Grupo Odebrecht. Em 1º de dezembro de 2016, a Odebrecht S. A., controladora indireta da Companhia, firmou Acordo de Leniência com o Ministério Público Federal, já homologado, responsabilizando-se pelos atos ilícitos praticados no âmbito da referida operação, pelas empresas integrantes do Grupo Odebrecht. A Administração avalia que não haverá impacto decorrente de indenizações e multas no âmbito desta Companhia e sua controlada. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto. **Realização do ativo financeiro da concessão:** Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 20 às demonstrações contábeis, em 12 de dezembro de 2014, o Ministério Público do Distrito Federal iniciou uma ação civil pública solicitando a interrupção de repasses financeiros do Governo do Distrito Federal à controlada CENTRAD, além disso, devido aos assuntos descritos no parágrafo "Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional", a realização do ativo financeiro da concessão no montante de R$ 1.636.597 mil destacado na Nota Explicativa nº 7 depende dos desdobramentos dos referidos processos. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto. **Outros assuntos. Informações comparativas:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 da **CENTRAD Holding S.A.**, apresentadas para fins comparativos, não foram auditadas por nós e nem por outros auditores independentes, e consequentemente não emitimos opinião sobre elas. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

BDO

São Paulo, 30 de junho de 2017.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Eduardo Affonso de Vasconcelos
Contador CRC 1 SP 166001/O-3